



## A impotência da argumentação racional (ou quando $2+2=5$ )

ANTONIO OZAÍ DA SILVA\*

No fim, o partido anunciaria que dois e dois são cinco, e todos teriam que acreditar. Era inevitável que o proclamasse mais cedo ou mais tarde: exigia-o a lógica de sua posição. Sua filosofia negava tacitamente não apenas a validade da experiência como a própria existência da realidade externa. O bom senso era a heresia das heresias. E o que mais aterrorizava não era que matassem o cidadão por pensar diferente, mas a possibilidade de terem razão.  
(George Orwell, 1998: 78)

A estupidez tornou-se tão comum quanto era antes o senso comum; e isso não significa que se trata de um sintoma da sociedade massificada ou que as pessoas “inteligentes” estejam poupadas dessa doença. A única diferença é que a estupidez permanece felizmente inarticulada entre os não-intelectuais e torna-se insuportavelmente repulsiva entre os “inteligentes”. Em meio à *intelligentsia*, pode-se até mesmo dizer que quanto mais inteligente um indivíduo vem a ser, mais irritante é a estupidez que compartilha com todos os outros.  
(Hannah Arendt, 1993: 45)

Em 1984, de George Orwell, o torturador afirma à vítima: “*Não apenas destruimos nossos inimigos; nós os modificamos. Compreendes o que quero dizer?*” (ORWELL, 1998: 235) O objetivo do algoz não é apenas o de arrancar a confissão do torturado. Este, ao praticar a *crimidéia*<sup>1</sup>, comete o maior dos crimes: questionar a verdade do Partido e do *Big Brother*. Não basta arrepende-se ou acatar a verdade instituída: é preciso estar convicto, introjetar os ensinamentos da doutrina, render-se por “livre e espontânea vontade”. Trata-se de convencer-se de que a realidade não existe fora do âmbito do pensamento único ditado pelo

Partido. Portanto, a realidade é moldada à verdade absoluta determinada pelo sistema totalitário:  $2 + 2$  pode resultar em 5.

Parece absurdo imaginarmos que em algum momento da história algum ser humano aceitou convictamente tal *verdade*. Mas o que foram os processos inquisitórios senão a tentativa de introjetar dogmas? Que foram os famosos processos de Moscou senão a submissão a uma *verdade* inquestionável? Como explicar que milhares de pessoas tenham aceitado consciente e voluntariamente as *verdades* apregoadas pelos nazistas e



\* ANTONIO OZAÍ DA SILVA é professor no Departamento de Ciências Sociais (UEM) e doutorando na Faculdade de Educação (USP).



tenham amparado seus crimes? Como compreender que milhões nutram ódio étnico e racial? E as teorias que tentam legitimar a escravidão e o genocídio? Se milhares e milhões podem aceitar tais *verdades*, então, o raciocínio de que  $2 + 2$  é igual a 5 não é tão absurdo.

No cotidiano nos deparamos com atitudes semelhantes. Há momentos em que os fatos cientificamente comprovados são inócuos diante da *verdade* ideologicamente estabelecida e dos preconceitos profundamente disseminados. O crítico que busca ir para além da aparência e dos discursos altissonantes e oficiais é tachado de ressentido, pessimista e outros epítetos.

Nestas circunstâncias, o absurdo toma ares de verdade. O pensar acríptico toma como verdade o discurso que melhor se ajusta à realidade imediata. Ele olha, mas não vê; pensa, mas não raciocina; trabalha com discursos prontos e ideias preconceituosas sobre os que pensam diferentemente. Seu horizonte não vai além do bolso ou do seu nariz. Seu pensamento expressa o *sensu comum* ideologicamente modelado.

Porém, o *sensu comum* também tem aspectos positivos. Para Hannah Arendt, o *sensu comum* é a *parcela de sabedoria herdada* que todos temos em comum e difere da *lógica*:

“A distinção política principal entre o *sensu comum* e a *lógica* é que o *sensu comum* pressupõe um mundo no qual todos cabemos e onde podemos viver juntos, por possuímos um sentido que controla e ajusta todos os dados sensoriais estritamente particulares àqueles de todos os outros; ao passo que a *lógica*, e toda auto-evidência de que procede o raciocínio lógico, pode reivindicar uma confiabilidade totalmente independente do mundo e da existência de outras pessoas”. (1993: 48)

O conhecimento não formal, produzido nas relações cotidianas entre as pessoas é valorizado. Este conhecimento está relacionado à subjetividade, a um *sentir* que induz ao compromisso ético com o mundo em que vivemos, à *compreensão*. Em Arendt, *compreender* distingue-se tanto da informação correta quanto do conhecimento científico. Nesta concepção, *compreensão* “é a maneira especificamente humana de estar vivo” e nada tem a ver com a idéia comumente aceita de que compreender é perdoar. *Compreender* é um processo interminável, uma forma de reconciliação com o mundo, com uma realidade que não necessariamente perdoamos. Assim, podemos *compreender* os crimes dos ditadores, dos nazistas etc., mas isto não significa perdoá-los. Como afirma Arendt, “ao compreendermos o totalitarismo não estaremos perdoando coisa alguma, mas antes, reconciliando-nos com um mundo em que tais coisas são definitivamente possíveis.” (Id. 39)

Ora, o conhecimento racional e científico, forjado nas universidades, pode prescindir do humano; muitas vezes, imagina-se mesmo acima do humano. O pensamento totalitário utiliza a autoridade da cientificidade e objetividade para justificar a barbárie. Não foram os cientistas, indivíduos bem informados, os que praticaram experiências genéticas contra os judeus e que desenvolveram teorias que procuravam justificar o holocausto? Não foram indivíduos instruídos e diplomados em cursos superiores que organizaram a máquina de extermínio que ceifou milhões de vidas humanas (do transporte às câmaras de gás e o sumiço dos cadáveres)?<sup>2</sup> Na ex-União Soviética e outros países ditos *comunistas*, a psiquiatria não foi usada como instrumento de repressão política? Os regimes ditatoriais latino-americanos



não contaram com a cumplicidade de médicos na tortura de prisioneiros políticos?

O elogio ao *senso comum* e ao *saber informal* não resulta necessariamente na condenação do saber científico e formal, ou vice-versa. Contudo, é preciso reconhecer os limites do saber dito científico e negar a este suas pretensões de constituir o único saber legítimo. O diálogo entre o professor Long e o pastor Mathieu, personagens criados por Célestin Freinet (1998), expressa de forma exemplar os dilemas, limites e contradições dessa relação. Eles nos mostram que progresso técnico não resulta necessariamente em progresso humano e que a instrução nem sempre torna o homem melhor.

O intelectualismo que desconsidera o *saber popular* é tão perigoso quanto a ignorância e a alienação das massas. O *ignorante titulado*, igualmente alienado e descomprometido, imagina-se superior aos simples mortais e tem a pretensão de encarnar a verdade, a qual deve ser pregada aos incautos. Este tipo de intelectual imagina-se iluminado e capaz de iluminar o caminho dos outros. Arrogante, como se estivesse no Olimpo, desvaloriza o **saber informal** e o **saber prático**. Não percebe seus limites e arrisca-se a se afogar nas águas que acolhem os narcisistas.

Estes especialistas se arrogam guardiões da ciência e do conhecimento diplomado, e, em sua redoma protetora contra as influências do que consideram descartável, tornam-se insensíveis diante da realidade social, descartam e deturpam a *compreensão*. Assim, abrem caminho para a *doutrinação*. Esta, por sua vez, transcende o domínio do racional, substituindo-o por afirmações que se supõem evidentes e necessárias. A doutrinação destrói a *compreensão preliminar*, isto é, o *senso comum*, a

linguagem popular que confere significado ético ao conhecimento. Como escreve Arendt:

“Se o cientista, desorientado pelo próprio labor de sua investigação, começa a bancar o especialista em política e despreza a compreensão popular da qual partiu, ele perde de imediato o fio de Ariadne do *senso comum*, a única coisa que pode guiá-lo com segurança por entre o labirinto de seus próprios resultados. Se, por outro lado, o estudioso deseja transcender seu próprio conhecimento – e a única forma de dar significado ao conhecimento é transcendê-lo –, ele deve tornar-se humilde e voltar a ouvir com muito cuidado a língua do povo, na qual palavras como totalitarismo são empregadas diariamente como clichês políticos e mal empregadas como rótulos para restabelecer o contato entre o conhecimento e a compreensão.” (1993: 42)

Pois, é a linguagem popular, expressão do *senso comum* e da *compreensão preliminar*, que permite chegarmos à verdadeira *compreensão*; a nos colocarmos diante dos dilemas humanos, desenvolvermos a capacidade de se indignar diante do sofrimento humano e assumirmos um compromisso ético. Do contrário, de que adianta todo o conhecimento científico acumulado e o domínio das mais confiáveis informações?

Winston, personagem central do livro de Orwell, evolui para esta compreensão na medida em que se humaniza. Funcionário do Partido no *Departamento de Registros*, onde forja-se o presente e o futuro com a falsificação e controle do passado, tem o conhecimento, mas não compreende. Sua humanidade encontra-se subsumida na verdade do Partido, o qual representa o conhecimento verdadeiro. Aqui, não há espaço para o *senso comum*, pois o



regime do *Grande Irmão* suprime tudo o que aparenta sentimentos, individualidades e as relações humanas.<sup>3</sup>

Winston reencontra sua humanidade nos *proles*, a parcela abjeta da sociedade. Ele percebe que os *proles*:

“Eram governados por lealdades particulares que não punham em dúvida. O que importavam eram relações individuais, e podia ter valor em si um gesto completamente irrelevante, um abraço, uma lágrima, uma palavra dita a um moribundo. De repente, ocorreu-lhe que os *proles* tinham continuado assim. Não eram leais a um partido, país ou ideologia, eram leais aos seus semelhantes. Pela primeira vez na vida não desprezou os *proles* nem pensou neles apenas como força inerte que um dia ganharia vida e regeneraria o mundo. Os *proles* tinham continuados humanos. Não se haviam endurecido por dentro. Haviam conservado as emoções primitivas que ele próprio tivera de reaprender por esforço consciente. E assim raciocinando ele se lembrou, sem ligação aparente, de como vira, havia algumas semanas, uma mão amputada na rua e como a chutara para a sarjeta, como se fosse um talo de couve.” (ORWELL, 1998: 155-56)

Winston não suporta a pressão e trai a si mesmo, o seu amor por Júlia e a sua humanidade. Mas, por momentos, é-lhe evidente a necessidade de manter a humanidade. “Se podes *sentir* que vale a pena continuar humano, mesmo que isso não dê o menor resultado, terás vencido os torturadores.”, diz ele à sua amada. (Id.: 157)

Conservar a humanidade é essencial. O saber científico não elimina a possibilidade da barbárie, antes pode contribuir para justificá-la. Se

“simplesmente sabemos sem ainda compreender contra o que lutamos, sabemos e compreendemos menos ainda pelo que estamos lutando” (ARENDR, 1993, p. 40). Então seremos presas fáceis à manipulação dos doutrinadores de plantão, escravos da verdade absoluta ou simplesmente indivíduos resignados. E, desta forma, perderemos a capacidade de intervir politicamente e de reagir criticamente diante da realidade. No final, a miséria material e espiritual passa a ser justificada com argumentos darwinistas: os mais aptos sobreviverão e dominarão; os outros serão dominados e descartados.

A apologia da razão, isto é, do saber acadêmico formal, resulta num tipo de miopia que, aliada a um certo elitismo narcisista, impede a percepção das fragilidades da argumentação racional. Infelizmente, a história comprova-o. Oxalá, tenhamos aprendido! Oxalá, como desejava Hannah Arendt, tenhamos o dom de um *coração compreensivo*. Talvez não seja má idéia voltarmos, à maneira de Rousseau, a privilegiarmos o *sentimento*.

#### Referências

- ARENDR, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- FREINET, Célestin. *A Educação do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HOWE, Irving. *A Política e o Romance*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
- POSTMAN, Neil. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.



---

<sup>1</sup> Um dos episódios mais estarrecedores descritos em 1984, ocorre quando Winston, na prisão, encontra Parsons. “És culpado?”, pergunta-lhe Winston. A resposta ilustra bem o significado da crimidéia:

“ – Naturalmente sou! – gritou Parsons, com uma olhadela servil à placa de metal. – Não crês que o Partido prenda inocentes? – A cara de rã acalmou-se um pouco, chegou a tomar uma expressão sentimental. – Crimidéia é uma coisa horrível, velho – afirmou, sentencioso. É insidiosa. Pode te pegar sem que te dê conta. Sabes como foi que me pegou? No sono. Sim, é fato. Lá estava eu, trabalhando duro, procurando fazer meu dever, sem nunca saber que tivesse nada de mau na cabeça. E daí comecei a falar dormindo. Sabes o que me ouviram dizer?”

Baixou a voz como Alguém que se vê obrigado a pronunciar uma obscenidade, por ordem do médico ou do juiz.

– Abaixo o Grande Irmão! Sim, foi o que eu disse.”

Parsons foi denunciado pela filhinha, que o escutou através do buraco da fechadura. “Não me queixo dela. Com efeito, tenho orgulho dela”, afirma. (ORWELL, 1998: 216-17).

<sup>2</sup> Os funcionários que organizaram e fizeram funcionar essa *máquina da morte* alegaram, no final da guerra, que apenas *cumpriam ordens*. Com efeito, como bem observou Postman (1994: 93-94): “O burocrata considera as implicações de uma decisão apenas até o ponto em que ela irá afetar as operações eficientes da burocracia, e não assume nenhuma responsabilidade por suas conseqüências humanas. Desse modo, Adolf Eichmann torna-se o modelo básico e metáfora de um burocrata da Era do Tecnopólio.”

<sup>3</sup> Como notou Howe (1994: 184): “1984 projeta um pesadelo no qual a política substitui a humanidade e o Estado sufocou a sociedade. Num certo sentido, é um livro profundamente antipolítico, cheio de ódio pelo tipo de mundo no qual reivindicações públicas destroem as possibilidades da vida pessoal.”